



PGES1701



03004001

**PROCURADORIA GERAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

CONSELHO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

**22º CONCURSO DE INGRESSO
NA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO – 2018****004. SEGUNDA PROVA ESCRITA (DISCURSIVA)
SEGUNDA ETAPA | QUESTÕES
PROCURADOR DO ESTADO NÍVEL I**

- Você recebeu este caderno contendo 10 questões discursivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- Assine apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no corpo deste caderno, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à prova.
- É permitida a consulta à legislação, desacompanhada de anotação ou comentário, vedada a consulta a obras doutrinárias, súmulas e orientação jurisprudencial. Demais regras, nos termos do Edital 01/2018.
- É vedado, em qualquer parte do material recebido, o uso de corretor de texto, de caneta marca-texto ou de qualquer outro material similar.
- Redija as respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para a transcrição das respostas definitivas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- Ao sair, você entregará ao fiscal este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Polegar direito

Polegar direito



PGES1701



03004002

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

Assinatura

Assinatura

Assinatura



PGES1701



03004003



**PROCURADORIA GERAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

CONSELHO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

**22º CONCURSO DE INGRESSO
NA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO – 2018**

**004. SEGUNDA PROVA ESCRITA (DISCURSIVA)
SEGUNDA ETAPA | QUESTÕES
PROCURADOR DO ESTADO NÍVEL I**

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

NÃO ESCREVA NESTA PÁGINA



PGES1701



03004004

QUESTÃO 1 – DIREITO CONSTITUCIONAL
(valor máximo: 5 pontos)

A partir da análise evolutiva da hermenêutica constitucional no Brasil, defina os fenômenos a seguir e suas principais características:

- a) mutação constitucional;
- b) decisões manipulativas.

Em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço.

RASCUNHO

EM HIPÓTESE ALGUMA ESCREVA NAS LATERAIS DESTA PÁGINA

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



PGES1701



03004008

QUESTÃO 3 – DIREITO ADMINISTRATIVO
(valor máximo: 5 pontos)

Após a publicação de edital de licitação, na modalidade concorrência internacional, para a seleção da proposta comercial mais vantajosa de concessão patrocinada para prestação de serviços públicos de transporte de passageiros sobre trilhos, de competência do Estado de São Paulo, encerrada a fase de julgamento do certame, o Ministério Público estadual oficiou o Poder Concedente e recomendou que a licitação fosse invalidada, porquanto o órgão ministerial teria recebido denúncias (ainda em fase inicial de investigação) de conluio entre licitantes. Fundamentadamente – e invocando os motivos de direito constantes de parecer jurídico firmado por Procurador do Estado instado a manifestar-se a respeito da recomendação em tela – a autoridade competente decidiu prosseguir com o feito, tendo então homologado a licitação, adjudicado o objeto e convocado a adjudicatária para assinar o instrumento contratual.

Nesse contexto, pergunta-se:

- Considerando que foram observadas, pelo Poder Público, todas as formalidades legais aplicáveis à fase interna do processo administrativo correlato, o administrador público estava obrigado a acatar a recomendação do Ministério Público? Justifique sua resposta.
- Na hipótese narrada, o administrador público estava obrigado a consultar a Procuradoria Geral do Estado? Explique. Qual o efeito do parecer jurídico nesse caso?
- Supondo que a recomendação do órgão ministerial tivesse sido integralmente acolhida pela autoridade competente, qual ato deveria ser por ela praticado? Indique os efeitos desse ato, justificando sua resposta.

Em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço.

RASCUNHO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



PGES1701



03004010

QUESTÃO 4 – DIREITO ADMINISTRATIVO
(valor máximo: 5 pontos)

Cidadão, jornalista, apresentou requerimento à Casa Civil do Estado de acesso a informações relativas às datas de saída e entrada do Governador do Estado do e no país, nos últimos cinco anos, abrangendo o ano do pleito eleitoral e os primeiros anos do seu mandato ainda em curso, sem indicar a finalidade para a qual as informações seriam utilizadas.

Na qualidade de Procurador do Estado, dê os fundamentos jurídicos para o Chefe da Casa Civil responder aludido requerimento.

Em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço.

RASCUNHO

EM HIPÓTESE ALGUMA ESCREVA NAS LATERAIS DESTA PÁGINA

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



PGES1701



03004012

QUESTÃO 5 – DIREITO DE PESSOAL E PREVIDENCIÁRIO PÚBLICO
(valor máximo: 5 pontos)

Com a finalidade de estimular o exercício de funções de chefia, anteprojeto de lei que pretende estabelecer subsídio para determinada carreira da Administração Pública Estadual trouxe os seguintes dispositivos:

“Artigo 6º – Fica estabelecida a Gratificação de Chefia – GC, atribuída aos servidores em exercício de funções de chefia, cujo valor será o constante da tabela prevista no Anexo I desta lei.

Parágrafo único – A Gratificação de Chefia – GC tem natureza indenizatória, não será considerada para fins de determinação do limite a que se refere o inciso XII do artigo 115 da Constituição Estadual, nem integrará a parcela única a que se refere o artigo 39, § 4º, da Constituição Federal”.

Na qualidade de Procurador do Estado instado a opinar sobre a matéria, examine a juridicidade do parágrafo único do artigo 6º do anteprojeto de lei.

Em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço.

RASCUNHO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



PGES1701



03004014

QUESTÃO 6 – DIREITO DE PESSOAL E PREVIDENCIÁRIO PÚBLICO
(valor máximo: 5 pontos)

Discorra a respeito da natureza jurídica do ato de aposentadoria, mencionando as correntes existentes sobre o tema e as consequências decorrentes da adoção de cada uma delas para fins da definição do termo inicial do prazo para anulação administrativa do ato.

Em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço.

Area for writing the answer, containing horizontal lines and a large diagonal watermark reading "RASCUNHO".

EM HIPÓTESE ALGUMA ESCREVA NAS LATERAIS DESTA PÁGINA

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



PGES1701



03004016

QUESTÃO 7 – DIREITO TRIBUTÁRIO
(valor máximo: 5 pontos)

Responda justificadamente, tendo como referência princípios da anterioridade previstos na Constituição Federal:

- a) É possível majorar alíquota do ITCMD (Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doações) no mesmo exercício em que tenha sido publicada a lei respectiva?
- b) Antes do vencimento, a lei que extinguir ou reduzir descontos condicionados ao pagamento do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) pode ter efeitos imediatos?

Em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço.

RASCUNHO

EM HIPÓTESE ALGUMA ESCREVA NAS LATERAIS DESTA PÁGINA

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



PGES1701



03004018

QUESTÃO 8 – DIREITO TRIBUTÁRIO
(valor máximo: 5 pontos)

Alfa é contribuinte do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações) submetido, para todas as suas operações, ao regime periódico de apuração mensal, com estabelecimento único em São Paulo, SP. Com base na não cumulatividade, Alfa move ação para assegurar direito imediato ao crédito do ICMS pago nas aquisições de mercadorias de seu uso e consumo, direito esse negado pela Administração Tributária. Alfa apropria-se em escrita fiscal dos créditos questionados na ação desde o ajuizamento. Para precaver-se de problemas com a Administração Tributária no curso do processo, Alfa pretende suspender a exigibilidade do crédito tributário respectivo por meio de depósitos.

Considerando a situação hipotética apresentada, pergunta-se:

- a) Para obter a almejada suspensão, o valor a ser depositado por Alfa deverá corresponder ao valor total de imposto lançado para cada período de apuração? Por quê?
- b) Indeferidos os depósitos pelo juiz da causa e ocorrendo a hipótese de Alfa creditar-se dos valores discutidos na ação, que orientação deve ser dada à Administração Tributária para resguardar os direitos da Fazenda? Justifique.

Em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço.

RASCUNHO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



PGES1701



03004020

QUESTÃO 9 – DIREITO FINANCEIRO, ECONÔMICO E EMPRESARIAL PÚBLICO
(valor máximo: 5 pontos)

Considere que duas sociedades de economia mista controladas pelo Estado estejam enfrentando controvérsia a respeito do pagamento pela utilização de determinado ativo, de titularidade de uma delas. A companhia proprietária do ativo, empresa “A”, alega que a outra sociedade que também o utiliza, empresa “B”, não estaria arcando com a adequada contrapartida financeira e, com isso, obtendo vantagem indevida e privilegiando seus acionistas. Diante de tal situação, acionistas minoritários da empresa A ingressaram com ação judicial em face da empresa B. No curso da demanda, surgiu a possibilidade de acordo, com a fixação de um valor intermediário a partir daquele apurado pelo perito judicial. Tendo em vista o montante envolvido e a alçada estabelecida nos estatutos sociais das companhias, a proposta de acordo judicial foi levada à decisão da Assembleia de Acionistas da empresa A, que é de capital aberto e possui ações negociadas em Bolsa de Valores e, quanto à empresa B, que é de capital fechado, permaneceu na alçada decisória do Conselho de Administração.

Considerando as disposições legais e regulamentares aplicáveis:

- a) Discorra sobre os limites da atuação do Estado como acionista controlador de sociedades de economia mista e sobre as hipóteses passíveis de configurar abuso de poder de controle e conflito de interesses, formal ou material, bem assim sobre o eventual enquadramento da situação narrada em tais hipóteses.
- b) Discorra sobre a conduta exigível dos membros do Conselho de Administração da companhia B na situação narrada, à luz de suas obrigações legais, abordando eventuais peculiaridades decorrentes da condição de membro indicado pelos acionistas minoritários, bem assim aquela exigível do representante do Estado no âmbito da Assembleia de Acionistas da companhia A.

Em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço.

<p style="text-align: center; font-size: 48px; opacity: 0.3; transform: rotate(-20deg);">RASCUNHO</p>

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



PGES1701



03004024